



TEC TOY S A
CNPJ Nº 22.770.366/0001-82
COMPANHIA ABERTA

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Considerações Gerais:

Como nos últimos exercícios a Companhia vem procurando cada vez mais a busca por eficiência, redução de despesas e melhoria das margens de contribuição.

A melhoria das margens de contribuição possivelmente foi o principal diferencial do exercício de 2018. Uma política de controle sobre os preços praticados, em que se buscou privilegiar a margem de contribuição mais do que os volumes de vendas, aliada a programas de redução de custos de produção, permitiu que o Resultado Bruto sobre as Receitas de Vendas de Bens e Serviços subisse de 12,7% (2017) para 24,3% (2018).

Ainda assim, tivemos um incremento na Receita de Vendas de 2017 para 2018 em 16,8% apesar de um ano em que a Economia teve crescimento inexpressivo afetado por questões conjunturais.

Receita Líquida de Vendas

Na parte relativa às receitas, pode-se notar a manutenção da tendência iniciada em 2016, de procura por videogames "retro", quando fizemos o lançamento do nosso console dos anos 90, o Mega Drive. Em 2017 demos início também à comercialização do videogame Atari, outro ícone dos fãs dos modelos dos anos 1980/90.

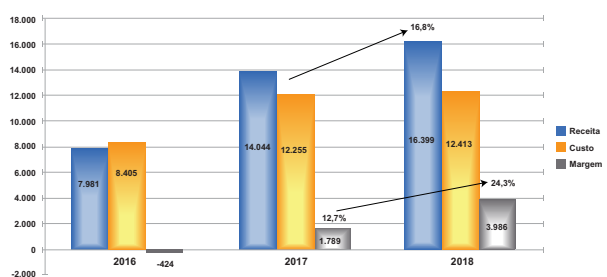
Já em 2018, lançamos novos modelos do Atari, inclusive os portáteis, bem como os portáteis da linha Master System.

Esta estratégia resultou em um crescimento das Receitas de Vendas Líquida em cerca de 17%, retomando níveis próximos de 2015.

Em relação às Despesas Administrativas, a Companhia continuou a sua tarefa de redução, chegando a uma queda adicional de 5,2% em relação a 2017. Uma diminuição sensível do quadro de colaboradores e a busca de uma maior eficiência na relação faturamento/funcionários vem ocorrendo nos últimos exercícios.

Abaixo, demonstramos a redução mencionada:

Análise da Margem de Contribuição

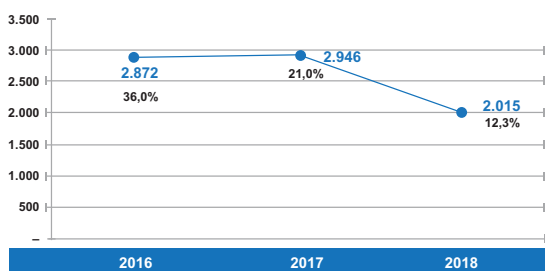


Despesas Fixas

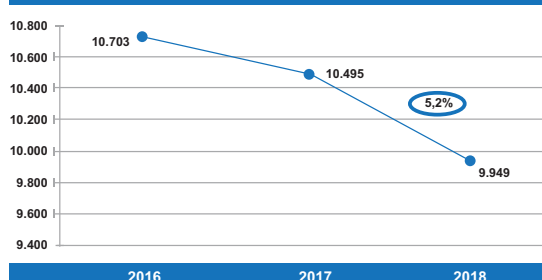
A Companhia vem procurando, como mencionado anteriormente, reduzir o peso das despesas fixas em relação ao seu novo patamar de receitas.

Assim, o grupo de Despesas com Vendas, que representou 36% da Receita Líquida em 2016, 21% Receita Líquida em 2017, encerrou o ano de 2018 em 12,3% destas receitas.

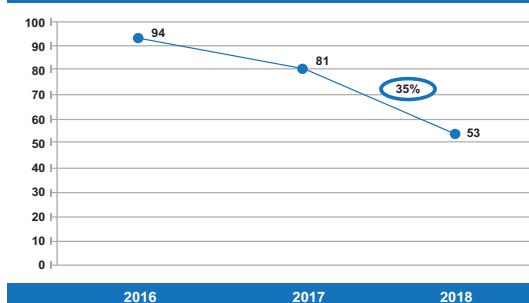
Despesas com Vendas Redução da Participação nas Receitas



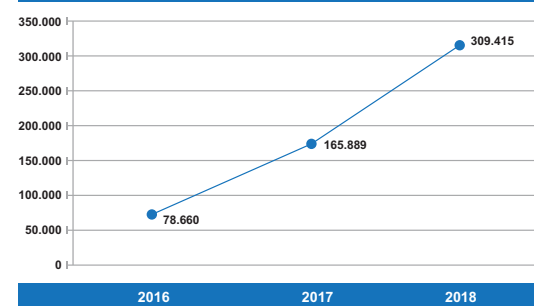
Despesas Gerais Administrativas



Diminuição do Quadro de Funcionários



Faturamento por Funcionário

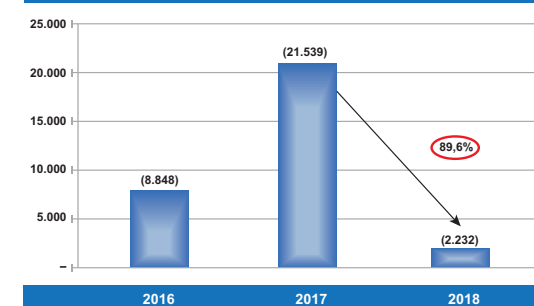


Considerações Finais:

O exercício de 2018, mesmo com todas as melhorias mencionadas nas Receitas Líquidas, no Resultado Bruto e no controle das despesas, resultado dos diversos esforços da administração pela melhoria das condições econômico-financeiras da Companhia, apresentou um resultado negativo.

O reconhecimento de receitas decorrentes de ganhos tributários importantes, transitados em julgado durante o exercício de 2018, permitiram que o Resultado Líquido negativo fosse o menor dos últimos anos, caindo expressivos 89,6% em relação a 2017.

Resultado Líquido Negativo



Acreditamos que o cenário macroeconômico melhor em 2019, mas não significativamente, e nossa estratégia de busca de maiores margens e menores despesas continuarão sendo o nosso objetivo. Por outro lado, estamos dando início a uma nova fonte de receitas através da venda de produtos licenciados das marcas Sega, Mega Drive, Master System e Tectoy, aproveitando nossa base de clientes de nossa plataforma online, e seguindo a ideia de aproximação constante com estes seguidores.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	201	5	205	Empréstimos e financiamentos	13	991	549	991	549
Cientes	6	1.944	2.664	1.986	2.664	Fornecedores	14	3.374	3.001	3.398	3.011
Estoques	7	3.908	3.248	3.908	3.248	Impostos e contribuições a recolher		611	197	662	224
Impostos a recuperar		750	649	750	666	Salários e encargos sociais		443	657	500	700
Créditos com ações judiciais	9	11.538	-	11.538	-	Provisão para propaganda e outras	15	572	377	572	377
Despesas antecipadas e outros		386	464	386	468	Outras contas a pagar	16	192	1.613	192	1.613
Partes relacionadas	8	1.092	571	-	-	Partes relacionadas	8	20.526	50.037	20.526	50.037
		19.620	7.797	18.573	7.251			26.709	56.431	26.841	56.511
Não circulante						Não circulante					
Créditos com ações judiciais	9	1.249	4.746	1.249	4.746	Fornecedores	14	7.784	9.279	7.784	9.279
Imobilizado	11	3.257	3.064	3.260	3.071	Provisão para perda com investimento	10	1.176	619	-	-
Intangível	12	580	602	580	602	Provisões para contingências	17	192	192	192	192
		5.086	8.412	5.089	8.419			9.152	10.090	7.976	9.471
Total do Ativo		24.706	16.209	23.662	15.670	Patrimônio líquido					
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$)											
		2018	2017	2018	2017						
Prejuízo líquido do exercício	(2.231)	(2.231)	(2.539)	(2.231)	(2.539)	Capital social integralizado	18	213.327	165.989	213.327	165.989
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	5.950	-	5.950
Total do resultado abrangente do exercício	(2.231)	(2.539)	(2.231)	(2.539)	(2.539)	Reserva de capital		5.249	5.249	5.249	5.249
Atribuível						Reserva de lucros		154	154	154	154
Acionistas da Companhia	(2.231)	(2.539)	(2.231)	(2.539)	(2.539)	Prejuízos acumulados		(229.885)	(227.654)	(229.885)	(227.654)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-			(11.155)	(50.312)	(11.155)	(50.312)
		(2.231)	(2.539)	(2.231)	(2.539)	Participação dos acionistas não-controladores		-	-	-	-
								(11.155)	(50.312)	(11.155)	(50.312)
						Total do passivo e patrimônio líquido		24.706	16.209	23.662	15.670

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de capital				Reservas de lucros		Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido
	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Bonus de subscrição	Ágio em subscrição	Debêntures não conversíveis	Incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados controladores	Participação dos não controladores	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	165.989	5.950	2.495	227	2.527	154	(206.115)	(28.773)	-	-	(28.773)		
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(21.539)	(21.539)	-	-	(21.539)		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	165.989	5.950	2.495	227	2.527	154	(227.654)	(50.312)	-	-	(50.312)		
Aumento de capital	47.338	(5.950)	-	-	-	-	-	41.388	-	-	41.388		
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.231)	(2.231)	-	-	(2.231)		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	213.327	-	2.495	227	2.527	154	(229.885)	(11.155)	-	-	(11.155)		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	17.960	15.173	18.089	15.818
Outras despesas e receitas operacionais	5.758	(9.649)	5.741	(9.880)
	23.718	5.524	23.830	5.938
Insunhos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(12.351)	(11.937)	(12.413)	(12.255)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.330)	(7.524)	(6.351)	(7.555)
	(18.681)	(19.461)	(18.764)	(19.810)
Valor adicionado bruto	5.037	(13.937)	5.066	(13.872)
Depreciação e amortização	(327)	(159)	(332)	(164)
Valor adicionado líquido produzido	4.710	(14.096)	4.734	(14.036)
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(557)	(516)	-	-
Receitas financeiras	3.638	5.447	3.518	5.387
Valor adicionado total a distribuir	7.791	(9.165)	8.252	(8.649)
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho	4.835	5.252	5.281	5.722
Impostos, taxas e contribuições	1.682	1.739	1.690	1.774
Remuneração de capital de terceiros	3.505	5.383	3.512	5.394
Remuneração dos acionistas	(2.231)	(21.539)	(2.231)	(21.539)
Valor adicionado total distribuído	7.791	(9.165)	8.252	(8.649)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	22	16.278	13.437	16.399	14.044
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(12.351)	(11.937)	(12.413)	(12.255)
Lucro bruto		3.927	1.500	3.986	1.789
Despesas com vendas	23	(2.011)	(2.946)	(2.015)	(2.946)
Despesas administrativas	23	(9.481)	(9.992)	(9.949)	(10.495)
Outras receitas/despesas operacionais	24	5.758	(9.649)	5.741	(9.880)
Resultado da equivalência patrimonial		(557)	(516)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(6.291)	(23.103)	(6.223)	(23.321)
Resultado financeiro		(2.364)	(21.603)	(2.237)	(21.532)
Prejuízo líquido do exercício	25	133	64	6	(7)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		(2.231)	(21.539)	(2.231)	(21.539)
Participação dos não controladores		-	-	-	-
Prejuízo básico por ação	19	(0,07421)	(4,07372)	(0,07421)	(4,07372)
Prejuízo diluído por ação	19	(0,07421)	(4,07372)	(0,07421)	(4,07372)

continua...

Continuação...	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)								
	2018	Controladora 2017	2018	Consolidado 2017		2018	Controladora 2017	2018	Consolidado 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Prejuízo do exercício	(2.231)	(21.539)	(2.231)	(21.539)	Depósitos judiciais	3.497	192	3.497	189
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:					Fornecedores	(1.270)	(1.945)	(1.256)	(1.965)
Depreciações e amortizações	462	1.078	466	1.083	Salários e encargos sociais	(214)	149	(200)	164
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	794	4.300	794	4.533	Impostos e contribuições a recolher	414	41	438	61
Juros, variações cambiais e monetárias líquidas	1.075	(651)	1.076	(651)	Provisão para propagandas e outras	142	1.129	142	1.129
Baixa de ativos imobilizado e intangível	-	174	-	174	Outras contas a pagar	(1.421)	-	(1.421)	-
Perdas (reversão) por desvalorização de ativos	(537)	2.171	(537)	2.171	Juros pagos	(11.154)	(12.513)	(11.513)	(12.742)
Reembolso de despesas	(18)	-	(18)	-	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.155)	(12.624)	(11.514)	(12.853)
Créditos com ações judiciais	(5.932)	-	(5.932)	-	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Atualização monetárias de depósitos judiciais	(2.016)	-	(2.016)	-	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(96)	(567)	(96)	(567)
Ajuste a valor presente	(19)	-	(19)	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(96)	(567)	(96)	(567)
Perdas (reversão) estimadas nos estoques	(745)	5.272	(745)	5.360	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Provisão para propaganda cooperada	53	86	53	86	Pagamento de empréstimos de terceiros	(39.908)	(1.191)	(39.908)	(1.191)
Reversão de provisão para demandas judiciais	-	(2.743)	-	(2.743)	Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.950)	-	(5.950)	-
Resultado de equivalência patrimonial	557	516	557	516	Captação de empréstimos de empresas ligadas	9.572	14.452	9.930	14.684
Variações nos Ativos e Passivos:	(8.557)	(11.336)	(9.109)	(11.526)	Integralização de capital (aporte em dinheiro)	1.038	-	1.038	-
Clientes	(217)	(535)	(97)	(495)	Integralização de capital (via empréstimos capitalizados)	46.300	-	46.300	-
Estoques	85	(178)	85	(266)	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	11.052	13.261	11.410	13.493
Créditos com ações judiciais	(3.590)	-	(3.590)	-	AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199)	70	(200)	73
Demais contas a receber	78	(43)	82	(46)	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Impostos a recuperar	(101)	13	(84)	13	No início do exercício	201	131	205	132
					No fim do exercício	2	201	5	205
					AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199)	70	(200)	73

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Tectoy S.A. (Companhia) dedica-se ao desenvolvimento, fabricação, e comercialização de produtos de entretenimento, tais como *videogames*, jogos para celulares, brinquedos eletrônicos, *video compact disc*, DVDs, DVDs de vídeo *karaokê*, produtos eletrônicos na linha de baby care, tablets, revenda de camisetas, blisets, entre outros.

A "Sede Social" da Companhia está localizada na Av. Buriiti, 3.149, Manaus – AM.

A Administração vem dando seguimento à estratégia definida há 4 anos, que previa entre outras ações, uma drástica diminuição das atividades, com a consequente redução de custos e despesas, para em seguida dar início à retomada do crescimento do faturamento e reversão dos prejuízos acumulados apurados nos últimos períodos. Outro fator a mencionar, é o esforço em aumentar a participação da venda direta, através da plataforma própria de e-commerce e da venda eletrônica através dos principais Market Places. Embora com um cenário político econômico ainda incerto, a Companhia continuará perseguindo um incremento da Receita de Vendas pelo canal da Venda Direta, e uma busca por maior eficiência através de maiores controles e despesas decrescentes.

2. Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Tectoy S.A. e de suas controladas:

Controladas	Nota	País	2018	Participação 2017
Tectoy Entretenimento Digital Ltda.	10	Brasil	99,99	99,99

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CFC)

Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a legislação societária.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Demonstrações dos valores adicionados

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 22 de março de 2019.

b. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos instrumentos financeiros, que podem ser mensurados pelos seus valores justos.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a esta subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado da perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retem qualquer participação na antiga subsidiária, então esta participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, esta participação é mensurada pela utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

c. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de venda

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas pela Empresa à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para isso, a Empresa segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas e os lucros não realizados nos estoques, entre Controladora e suas controladas.

Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base na emissão da nota fiscal faturada às assistências técnicas, que corresponde ao período de prestação do serviço.

Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos/passivos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos.

d. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia e suas controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivo fiscal relativo à isenção de ICMS amparado pelo Decreto nº 23.994 de 23 de fevereiro de 2009 e Lei nº 2.826 de 29 de setembro de 2003 e está reconhecendo diretamente no resultado do exercício.

Em detrimento ao benefício do ICMS, a Companhia deve recolher dois impostos, sendo: Contribuição para Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Fundo de Fomento ao Turismo (FTT).

e. Segmento

A Companhia opera exclusivamente no segmento de eletroeletrônico. O resultado deste segmento, reportados ao CEO, incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

f. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, perda estimada para estoque, imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A seguir estão apresentados os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Perda de créditos esperadas;
- Perda estimada com obsolescência dos estoques;
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida;
- Perda por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis).

g. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado: valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos

Depósitos judiciais	3.497	192	3.497	189
Fornecedores	(1.270)	(1.945)	(1.256)	(1.965)
Salários e encargos sociais	(214)	149	(200)	164
Impostos e contribuições a recolher	414	41	438	61
Provisão para propagandas e outras	142	1.129	142	1.129
Outras contas a pagar	(1.421)	-	(1.421)	-
Juros pagos	(11.154)	(12.513)	(11.513)	(12.742)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(11.155)	(12.624)	(11.514)	(12.853)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(96)	(567)	(96)	(567)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(96)	(567)	(96)	(567)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de empréstimos de terceiros	(39.908)	(1.191)	(39.908)	(1.191)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.950)	-	(5.950)	-
Captação de empréstimos de empresas ligadas	9.572	14.452	9.930	14.684
Integralização de capital (aporte em dinheiro)	1.038	-	1.038	-
Integralização de capital (via empréstimos capitalizados)	46.300	-	46.300	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	11.052	13.261	11.410	13.493
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199)	70	(200)	73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	201	131	205	132
No fim do exercício	2	201	5	205
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(199)	70	(200)	73

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Empresa são substancialmente representados por contas a receber de clientes (Nota explicativa nº 6) e partes relacionadas (Nota explicativa nº 8), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado e por aplicações financeiras (Nota explicativa nº 5), classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de resultado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Empresa estão substancialmente representados por partes relacionadas (Nota 8), empréstimos e financiamentos (Nota explicativa nº 13) e fornecedores (Nota explicativa nº 14), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável (Impairment)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuflências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do IFRS 9 / NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes.

h. Ativo circulante e não circulante

h.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerais em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

h.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustadas ao seu valor presente, em conformidade com a NBC TG 12 (Deliberação CVM 564/08) – ajuste a valor presente.

A perda de créditos esperada é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

h.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

h.4 Investimentos

Os investimentos da Controladora em empresas Controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

h.5 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 11 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

h.6 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico o qual se relaciona. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado de acordo com o método linear, com base nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os intangíveis da Companhia estão descritos na Nota explicativa nº 12.

i. Redução do valor recuperável (ativos não financeiros)

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

A Administração identificou perdas no valor recuperável dos ativos imobilizados no montante de R\$ 1.634 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2.171 em 31 de dezembro de 2017).

j. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (Nota explicativa nº 17). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados de uma provisão são recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

Continuação...

Ativos preferenciais

Ativos preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Debêntures perpétuas

Conforme Ata da Reunião do Colegiado da CVM nº 48, de 7 de dezembro de 2010, são classificadas diretamente no patrimônio líquido da Companhia as debêntures sem data de vencimento determinada.

O vencimento das debêntures ocorrerá somente nos casos de inadimplemento da obrigação de pagamento, mediante lucro do exercício, e dissolução da Companhia.

Novas normas, pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018:

● **IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente)** - A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das receitas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a entidade tenha direito na operação, considerando eventuais estimativas de perdas de valor. A administração da Companhia avaliou os efeitos da adoção da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento de suas receitas.

● **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros)** - A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiro sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração da Companhia avaliou a nova norma e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras, haja visto que os instrumentos financeiros que mantêm não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua reavaliação, assim como não apresentam risco de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras.

Alterações de normas ainda não em vigor:

● **IFRS 16 - Arrendamento (NBC TG 06 (R3) "Operações de Arrendamento Mercantil")** - Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Administração avaliou a nova norma e, considerando as suas transações atuais, identificou impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia a partir da sua vigência. O impacto deve-se principalmente ao aluguel da fábrica em Manaus e da sede administrativa em São Paulo e o montante a ser considerado está sendo calculado pela Administração.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	(3)	96	-	100
Aplicações financeiras	5	105	5	105
	2	201	5	205

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No País	2.738	2.683	2.780	2.683
Cartão de crédito	-	-	-	-
PECLD	(794)	-	(794)	-
Ajuste a valor presente	-	(19)	-	(19)
	1.944	2.664	1.986	2.664

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vencimentos				
De 0 a 30 dias	33	175	75	175
De 31 a 180 dias	167	46	167	46
De 181 a 360 dias	365	378	365	378
Há mais de 360 dias	510	139	510	139
Vincendos	1.663	1.945	1.663	1.945
	2.738	2.683	2.780	2.683

A Administração efetuou a análise detalhada dos valores a receber e identificou diversos créditos vencidos de longa data, para os quais não existiam mais a possibilidade de recebimento, efetuado assim suas baixas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados e em elaboração	5.660	4.941	5.660	4.941
Matérias-primas	5.310	5.323	5.310	5.323
Perda estimada por giro lento	(7.133)	(7.878)	(7.133)	(7.878)
Importações em andamento	71	862	71	862
	3.908	3.248	3.908	3.248

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui uma perda estimada de giro lento e obsolescência no montante de R\$7.133 (R\$ 7.878 em 2017). A movimentação das perdas com estimadas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	-	(7.878)	-	(7.185)
Adições	-	(64)	-	(693)
Baixas	-	809	-	-
Saldo final	-	(7.133)	-	(7.878)

8. Partes relacionadas

Durante o exercício de 2018, em função do atraso no recebimento dos clientes da Tectoy Entretenimento Digital, foram realizados novos empréstimos para a controlada, conforme posição abaixo:

Ativo	Natureza/Condições	2018	2017
Tectoy Entret. Digital	Empréstimo de capital de giro	1.092	571

As condições do empréstimo são as mesmas praticadas no mercado aberto, não havendo favorecimento e eventual dolo para o mutuante e mutuário. O saldo junto aos controladores está apresentado da seguinte forma:

Passivo	Natureza/Condições	2018	2017
Eagle Brazil Invest LP	Empréstimo de capital de giro	6.688	46.309
Steluc Participações Ltda	Empréstimo de capital de giro	13.838	3.728
		20.526	50.037

Resultado financeiro gerado com partes relacionadas

Resultado líquido	Natureza/Condições	2018	2017
Eagle Brazil Investment L.P.	Resultado financeiro líquido	(911)	(986)
Tectoy Entretenimento Digital Ltda.	Resultado financeiro líquido	(119)	(60)
Steluc Participações Ltda	Resultado financeiro líquido	(177)	(213)
		(1.207)	(1.259)

As despesas financeiras refletem os juros pactuados com a Tectoy Entretenimento Digital Ltda. e Steluc Participações Ltda, bem como a variação cambial dos contratos de mútuo com a Eagle Brazil Investment L.P.

Acionistas controladores da Companhia (Tectoy S.A.)

• Steluc Participações Ltda.

• Eagle Brazil Invest LP.

• Tectoy Entretenimento Digital Ltda.

Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores pagos totalizam R\$ 197 (R\$200 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, os diretores da Companhia possuem 0,0003% de ações ordinárias e 0,0001% de ações preferenciais (0,09% de ações ordinárias e 0,001% de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017).

9. Créditos com ações judiciais

Durante o exercício de 2018, em função do atraso no recebimento dos clientes da Tectoy Entretenimento Digital, foram realizados novos empréstimos para a controlada, conforme posição abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos judiciais (a)	1.249	4.746	1.249	4.746
Cofins a receber (b)	5.606	-	5.606	-
Processo Suframa a receber (c)	5.932	-	5.932	-
Total	12.787	4.746	12.787	4.746
Circulante	11.538	-	11.538	-
Não circulante	1.249	4.746	1.249	4.746

(a) Os depósitos judiciais referem-se, a discussão sobre o pagamento de PIS sobre a base de ICMS dos anos de 1992 e 1993. (b) Valor a receber referente ao processo sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, para o qual a Companhia obteve o trânsito em julgado da ação no exercício de 2018.

(c) Refere-se a ação judicial ajuizada pela Tectoy contra a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, em relação a taxa de serviços administrativo, com decisão favorável à Tectoy no exercício de 2018 e recebida em 2019 (vide Nota explicativa 29)

10. Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tectoy Entretenimento Digital Ltda.	(1.176)	(1.176)	(619)	(619)

b. Movimentação dos investimentos

Empresa	2016	Equiv. Patrimonial	2017	Equiv. Patrimonial	2018
Tectoy Entr. Digital Ltda.	(103)	(516)	(619)	(557)	(1.176)
	(103)	(516)	(619)	(557)	(1.176)

A controlada Tectoy Entretenimento Digital Ltda., sediada na cidade de São Paulo, tem como objeto social o licenciamento, a comercialização e a aplicação de conteúdo para celulares e dispositivos móveis

11. Imobilizado

Descrição	Vida útil	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Benefetórias em prédios de terceiros	De 3 a 5 anos	1.503	-	1.503	1.503
Máquinas e equipamentos	De 9 a 20 anos	7.854	29	7.883	7.853
Instalações	5 anos	1.184	2	1.186	1.184
Veículo	5 anos	222	-	222	222
Móveis e utensílios	De 5 a 12 anos	2.198	11	2.209	2.238
Equipamentos de informática	De 1 a 3 anos	2.101	-	2.101	2.163
Acessórios e ferramentas	De 5 a 10 anos	1.035	-	1.035	1.035

	2016	Adições	Baixas	2017	2016	2017
Moldes e estampas	De 11 a 15 anos	4.335	54	-	4.389	4.335
Total custo		20.432	96	-	20.528	20.533
(-) Perdas estimadas no valor recuperável		(2.171)	-	537	(1.634)	(2.171)
(-) Depreciação acumulada		(15.197)	(440)	-	(15.637)	(15.291)
Saldo líquido imobilizado		3.064	(344)	537	3.257	3.071

Descrição	Vida útil	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Benefetórias em prédios de terceiros	De 3 a 5 anos	1.503	-	1.503	1.503
Máquinas e equipamentos	De 9 a 20 anos	9.332	(1.478)	7.854	9.332
Instalações	5 anos	1.184	-	1.184	1.184
Veículo	5 anos	222	-	222	222
Móveis e utensílios	De 5 a 12 anos	2.197	1	2.198	2.238
Equipamentos de informática	De 1 a 3 anos	2.100	1	2.101	2.163
Acessórios e ferramentas	De 5 a 10 anos	1.033	2	1.035	1.035
Moldes e estampas	De 11 a 15 anos	3.772	563	-	4.335
Total custo		21.343	567	(1.478)	20.432
(-) Perdas estimadas no valor recuperável		(2.171)	-	(2.171)	-
(-) Depreciação acumulada		(15.794)	(707)	1.304	(15.197)
Saldo líquido imobilizado		5.549	(140)	(2.345)	3.064

12. Intangível

Movimentação do ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	2017	2018	2017	2018
Intangível				
Marcas e patentes	191	(100)	91	91
Software	3.805	-	3.805	3.807
	3.996	(100)	3.896	3.998
(-) Amortização acumulada	(3.394)	(22)	100	(3.318)
Intangível líquido	602	(22)	580	602

Taxas médias de amortização

Marcas e patentes	10%
Software	33%
Não ocorreram movimentações nos ativos intangíveis no exercício de 2017.	

13. Empréstimos

Com o exclusivo objetivo de obter recursos para o capital de giro da Companhia, os empréstimos captados foram realizados com instituições financeiras nacionais. Abaixo, apresentamos quadro que melhor demonstra essas operações:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Característica	Moeda	Vencimento		
Desconto de duplicatas	Reais	0 a 120 dias	991	549
Total			991	549
Por taxa contratada				
Característica	Moeda	Taxa a.a.	2018	2017
Desconto de duplicatas (com garantia)	Reais	De 11,35% a 25,26% a.a.	991	549
			991	549

O contrato de desconto de duplicatas prevê como garantia o valor nominal de cada título descontado, ou seja, em caso de inadimplência do devedor, o valor do título será coberto pela Tectoy.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	1.931	1.856	1.936	1.856
Fornecedores estrangeiros	1.443	1.145	1.462	1.155
Total circulante	3.374	3.001	3.398	3.011
Fornecedores nacionais	7.784	9.279	7.784	9.279
Total não circulante	7.784	9.279	7.784	9.279
Total fornecedores	11.158	12.280	11.182	12.290

15. Provisão para propagandas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para descontos	165	175	165	175
Provisão para P&D	-	-	-	-
Provisão para propaganda de ações promocionais	10	2	10	2
Provisão para propaganda cooperativa (bonificação)	104	100	104	100
Outras provisões	293	100	293	100
	572	377	572	377

A rubrica "Provisão para propagandas" refere-se a ações comerciais junto aos principais clientes da Companhia.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamento de clientes	-	1.422	-	1.422
Debentures	191	191	191	191
Outros	1	-	1	-
	192	1.613	192	1.613

17. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

Os saldos da controladora e do consolidado são apresentados da seguinte forma:

	2017		2018	
	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão
Provisões tributárias	(2)	-	-	(2)
Provisões trabalhistas	(133)	-	-	(133)
Provisões cíveis	(57)	-	-	(57)
	(192)	-	-	(192)

	2016		2017	
	Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversão
Provisões tributárias	(2.660)	(85)	-	2.743
Provisões trabalhistas	(133)	-	-	(133)
Provisões cíveis	(57)	-	-	(57)
	(2.850)	(85)	-	2.743

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

(b) Perdas possíveis (não provisionadas)

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 1.125 (R\$ 2.754 em 31 de dezembro de 2017) decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

(c) Processos de natureza ativa

A Companhia situa-se como autora (no polo ativo das ações) em outros processos tributários, ou seja, ingressou com ações contra os vários entes tributantes a fim de recuperar tributos pagos e/ou cobrados indevidamente por tais entes. Dentre as principais ações, destacam-se a discussão judicial sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS, que perfaz o montante de aproximadamente R\$ 4.840. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo destas contribuições. Assim, a Companhia reverteu as provisões existentes no montante de R\$ 2.743 mil e está avaliando com seus assessores jurídicos o levantamento dos créditos acobertados por suas ações judiciais. Em 2018 a Companhia obteve o trânsito em julgado da referida ação, registrando o valor a receber em seu ativo circulante (vide Nota explicativa 9).

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 213.327 (R\$ 165.989 em 31 de dezembro de 2017), assim representados em quantidade de ações:

	2018	2017
Composição das ações sem valor nominal		
Ações ordinárias nominativas (unidade)	15.570.168	2.738.293
Ações preferenciais nominativas (unidade)	14.493.815	2.548.997
	30.063.983	5.287.290

b. Aumento de capital

Em 23 de fevereiro de 2018, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, deliberou-se aumento de capital no valor de R\$ 47.338 mil, mediante a emissão de 12.831.875 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e de 11.944.818 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal cujos titulares participaram em igualdade de condições a todos os direitos decorrentes da titularidade das demais ações de mesma espécie e classe já emitidas pela Companhia.

O aumento do capital social foi integralizado da seguinte forma: (i) mediante a conversão de empréstimos (mútuos) realizados à Companhia pela Eagle Brazil Investment LP (acionista controlador) no valor de R\$ 46.300; e (ii) R\$ 1.039 subscritos em dinheiro pelos acionistas minoritários, em moeda corrente nacional.

c. Reserva de capital Debêntures

Conforme Ata da Reunião do Colegiado da CVM nº 48, de 7 de dezembro de 2010 e OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1 no 033/1 de 25 de janeiro de 2011, a Tectoy S.A., por decisão favorável do colegiado, reclassificou as debêntures especiais no valor de R\$ 2.527 do passivo não circulante para o patrimônio líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Sobre essas debêntures não incidem encargos, pois são debêntures não conversíveis em ações. Essas debêntures são perpétuas com rentabilidade calculada com base no lucro.

d. Bônus de subscrição

Os bônus de subscrição foram subscritos no exercício de 1998 e confere aos seus tomadores o direito de subscrever, a

Continuação...

(+-) Ajuste de inventário	23	(104)
(+) Equivalência patrimonial / perda participação	557	516
(+) Provisão (reversão) em clientes	759	516
(+) Juros financiamento exterior	-	2.042
(+-) Provisão (reversão) nos estoques	(745)	1.983
(+-) Provisão (reversão) no imobilizado	(537)	2.171
(+-) Provisão (reversão) nas contingências tributárias	-	(2.742)
(+-) Outras adições e exclusões	725	1.066
(-) Base de cálculo	(1.324)	(15.755)
(-) Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
(-) Aplicação das alíquotas (IRPJ 25 % e CSLL 9 %)	-	-
(-) Outros efeitos	-	-
(-) Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa da contribuição social, conforme a seguir:
a. Prejuízos fiscais: R\$224.805 (R\$ 223.482 em 2017);
b. Base negativa de contribuição social: R\$175.826 (R\$ 174.502 em 2017).
 Em conjunto com suas controladas os valores somam R\$227.821 e R\$178.842 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (R\$225.942 e R\$176.962 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição. A administração da Companhia estima, com base nos resultados apresentados, que não realizará esses valores a curto prazo e, como consequência, não reconheceu em suas demonstrações financeiras os respectivos tributos diferidos sobre esses montantes.

27. Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu, no período findo em 31 de dezembro de 2018, do incentivo fiscal relativo à isenção de ICMS sobre telejogos, DVDs, DVDs de vídeo, karaokê, Tablets, cartuchos e acessórios no montante de R\$ 1.769 mil (R\$ 1.604 mil em 31 de dezembro de 2017). Este benefício é concedido às companhias localizadas no estado do Amazonas, amparado pelo Decreto nº 23.994, de 23 de fevereiro de 2009, e pela Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003 que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais do Estado. Tal crédito está reconhecido diretamente no resultado do exercício reduzindo despesas de impostos sobre vendas dentro de receitas de vendas.

28. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

29. Eventos subsequentes

Em 1 de março de 2019 a Companhia levantou o depósito relativo à devolução da Taxa Súframa cobrada de forma ilegal quando do desembaraço de mercadorias na Zona Franca, resultando numa entrada líquida de R\$ 5.931.

Cabe destacar também o início da comercialização de produtos licenciados com as marcas Sega, Sonic e Tectoy, em produtos tais como camisetas, bonês, blusões, capas de celulares, etc., que tem uma sinergia com os aficionados dos vídeos games retrô e da própria marca da empresa.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração referente revisão, discussão e concordância com as demonstrações financeiras
 Em cumprimento ao inciso VI, do parágrafo primeiro, do artigo 25 da Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras datada de 31/12/2018.
 Atenciosamente,
 Tomás Diétrich - Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidor
 Roberto Favero - Diretor Industrial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração referente relatório dos Auditores Independentes.
 Em cumprimento ao inciso V, do parágrafo primeiro, do artigo 25 da Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.
 Atenciosamente,
 Tomás Diétrich - Diretor Presidente, Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidor
 Roberto Favero - Diretor Industrial

TOMÁS DIETRICH Diretor Presidente, Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores	ROBERTO FAVERO Diretor Industrial	HUMBERTO CESTARI ALEIXO CRC 1 SP 125020/O-0 CONTADOR
STEFANO ADOLFO PRADO ARNHOLD Presidente	ROBERTO FAVERO Vice Presidente	DANTE IACOVONE Conselheiro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Aos
 Acionistas e Administradores
 Tectoy S.A.
 São Paulo - SP
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tectoy S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tectoy S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para a opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase - Continuidade operacional
 Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 11.155 mil (R\$ 50.312 mil em 2017), e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 7.089 mil (R\$ 48.634 mil em 2017) na controladora e R\$ 8.268 mil (R\$ 49.260 mil em 2017) no consolidado. Uma parcela substancial de suas obrigações é devida à parte relacionada, Eagle Brazil Investment LP no montante de R\$ 6.688 mil (R\$ 46.309 mil em 2017) e Steluc Participações Ltda. no montante de R\$ 13.838 mil (R\$ 3.728 mil em 2017), com os quais possui contratos de mútuos para fins de capital de giro e manutenção das operações. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios considerando a geração de caixa operacional ou a manutenção do suporte financeiro da parte relacionada credora da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos, que seriam requeridos no caso de descontinuidade de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.
Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
 ● Reconhecimento de receita, custos dos produtos vendidos e despesas correlacionadas
 O reconhecimento da receita deve ocorrer quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados; e deve ser mensurada pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber. Os custos e despesas correspondentes à mesma transação são reconhecidas simultaneamente.
 Como esse assunto foi conduzido na auditoria
 Avaliamos as premissas adotadas pela Companhia, levando-se em consideração as normas contábeis e atentando ao reconhecimento da receita. Os custos e despesas foram testados, atentando-se à competência da emissão do documento comprobatório, valor, classificação contábil e existência, além da correlação com o serviço prestado. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita, custos dos produtos vendidos e despesas correlacionadas existentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
 ● Valorização dos estoques
 Detalhes sobre a política contábil relativa à valorização dos estoques estão descritos nas Notas "4.1-h.3 - Estoques" e "7 - Estoques" às demonstrações financeiras.
 A Companhia, apesar de dispor de um sistema de gestão para suporte do processo de valoração de seus estoques, ainda depende em grande medida de planilhas eletrônicas ("Excel") para a realização de diversos cálculos, inclusive referente a raios de gastos gerais de fabricação.
 Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado, foi identificada a necessidade de ajuste no montante de R\$ 745 mil (R\$ 5.272 mil em 2017), o qual foi registrado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
 Como esse assunto foi conduzido na auditoria
 Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com os estoques e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do rateio de gastos ligados à produção e apuração do valor médio dos estoques, mediante testes realizados nas planilhas eletrônicas. Ademais, realizamos análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requeriam necessidade de contabilização de redução ao valor recuperável significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a valorização dos estoques são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.
Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
 As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão

concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
 Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos de qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
 Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
 Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 ● Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
 ● Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
 ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
 Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
 São Paulo, 22 de março de 2019.
 Crowe Macro Auditores Independentes
 CRC 2SP033508/O-1
 Fábio Debiáze Pino
 Contador - CRC1SP251.154/O-9
 Sérgio Ricardo de Oliveira Contador - CRC1SP186.070/O-8

